



Notas Explicativas Bacen (BRGAAP)

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às informações financeiras	14

Curitiba, 15 de maio de 2025 – Em conformidade com as disposições legais, o Paraná Banco S.A. divulga os resultados referentes ao período findo em 31 de março de 2025, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

DESTAQUES ECONÔMICOS-FINANCEIROS

Rentabilidade

Em 31 de março de 2025 o lucro líquido do Paraná Banco foi de R\$ 53,9 milhões, um aumento de 188,9% em relação a 31 de março de 2024. O ROAE, retorno sobre o patrimônio líquido, finalizou o período em 16,7%. A margem financeira líquida, NIM, foi de 6,9% no período. O lucro líquido foi diretamente impactado pelas alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021, e pelos demais normativos vinculados, que permitem o diferimento dos custos de originção ao longo da vida dos contratos.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Paraná Banco encerrou 31 de março de 2025 com saldo de R\$ 8.499,2 milhões, um aumento de 9,0% em comparação com 31 de março de 2024. As principais carteiras, o crédito consignado cresceu 9,0% no mesmo período de comparação, finalizando o período em R\$ 7.334,4 milhões, e a antecipação do saque-aniversário do FGTS atingiu R\$ 1.054,6 milhões, 220,4% maior que o mesmo período do ano anterior. No período, o Paraná Banco avança em seu objetivo de diversificação e expansão da carteira de crédito de forma orgânica e inorgânica.

Qualidade da Carteira de Crédito

O Paraná Banco apresenta uma excelente qualidade dos ativos, com uma carteira de crédito 100% colateralizada em crédito consignado público e FGTS. O índice de inadimplência acima de 90 dias finalizou o período em apenas 1,3%, um dos menores indicadores do mercado, e com um índice de cobertura de 134,6%.

Clientes

A base de clientes da Companhia segue crescendo e alcançou 1,8 milhão de clientes, um avanço de 157,3% em relação a 31 de março de 2025. O crescimento contínuo da base de clientes foi fundamental para fortalecer a estratégia de *cross-selling*, com o objetivo de ampliar a rentabilidade por meio da oferta de produtos complementares ao nosso portfólio atual.

Funding

A carteira de captação do Paraná Banco encerrou 31 de março de 2025 em R\$ 9.771,7 milhões, um crescimento de 14,3% em relação a 31 de março de 2024.

O Paraná Banco adota uma estratégia organizada e diferenciada para cada segmento de atuação, contando com um *funding* diversificado de 5 tipos de investidores: investidores institucionais, instituições financeiras, distribuidores, pessoas jurídicas e pessoas físicas. Essa abordagem nos confere estabilidade e eficiência em custos de captação, adaptando-se às variações do mercado.

Para complementar a atuação no segmento de pessoas físicas e jurídicas, o Banco possui uma plataforma aberta de investimentos, que oferece um portfólio completo de produtos de renda fixa própria e de terceiros, bem como uma ampla gama de fundos de investimento geridos por diversos e renomados gestores do mercado.

Índice de Basileia

Temos como referência o índice Basileia de 10,5%, como sendo o capital mínimo exigido dos Bancos, de acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil. O índice de



Basileia se baseia na ponderação dos ativos pelo risco das operações da instituição e visa assegurar condições adequadas de solvência do sistema financeiro, mesmo em momentos de instabilidade e adversos da economia.

O Paraná Banco encerrou 31 de março de 2025 com um índice de Basileia de 15,4%, mantendo seu histórico de Banco com elevada capitalização e garantindo a solidez necessária para nossas operações.

Essa gestão conservadora sobre o capital, propicia a possibilidade de em momentos econômicos ou de mercado favoráveis, empreender um elevado e sustentável crescimento das carteiras de crédito.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

O Paraná Banco atua nos segmentos de seguro garantia e resseguros no Brasil, em parceria com a Travelers, por meio de suas controladas Junto Seguros e da Junto Resseguros. Essas empresas oferecem soluções em garantias contratuais, garantias judiciais, seguro garantia, entre outros produtos e serviços relacionados. Com essa atuação, o Paraná Banco busca diversificar suas fontes de receita e ampliar sua oferta de produtos e serviços aos clientes pessoas jurídicas.

Além disso, o Banco possui operações no segmento de fornecimento de produtos de seguridade, através da Paraná Seguros, uma corretora de seguros em parceria com a Wiz Co. Atualmente a empresa oferta produtos de seguridade para a base de clientes da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Paraná Banco se destaca por sua sólida governança, baseada em padrões elevados de transparência e responsabilidade. Esta estrutura robusta é sustentada por iniciativas proativas de divulgação de resultados financeiros e operacionais, que proporcionam uma visão abrangente do desempenho do Banco, consolidando a confiança e a credibilidade com seus *stakeholders*. Todos os relatórios e iniciativas estão disponíveis no site ri.paranabanco.com.br.

Além disso, o departamento de Compliance realiza uma monitorização constante para garantir que os colaboradores e parceiros estejam sempre atualizados e em conformidade com as Políticas e Normas Internas. Para reforçar ainda mais nosso compromisso com a ética, o Código de Ética e Conduta, estabelecido desde 2008 e com a última atualização realizada em 2024, orienta as ações dos colaboradores e prestadores de serviços.

Os procedimentos de Conheça seu Cliente, Parceiro e Colaborador asseguram a conformidade com os normativos do Banco Central do Brasil, enquanto os protocolos de segurança da informação demonstram um compromisso contínuo com a integridade dos dados e ataques cibernéticos.

A Companhia fornece periodicamente treinamentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro à 100% dos colaboradores. Já quanto à segurança cibernética, são implementadas soluções digitais desenvolvidas sob a ótica do *Privacy by Design*, além de treinamentos anuais obrigatórios sobre *Phishing* e Lei Geral de Proteção de Dados para colaboradores e correspondentes bancários.

RATINGS

O Paraná Banco possui classificação de *rating* atribuídos pelas principais agências de classificação de risco: Standard & Poor's, Fitch Ratings e RiskBank. A S&P atribui ao Banco a nota brAA+ na escala nacional e BB- na escala global e perspectiva estável, a Fitch a nota AA-(bra) e a RiskBank o *rating* 10,44 (baixo risco para médio prazo), sendo estas revistas e atualizadas anualmente pelas agências. Como pontos de destaque relatados pelas empresas de *rating*, citamos a boa condição de liquidez, com elevada capitalização, histórico de resultados e qualidade dos ativos.



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, o Banco e as empresas controladas não contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa no período findo em 31 de março de 2025 e as informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

DECLARAÇÕES DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as informações do Paraná Banco S.A., referentes ao período findo em 31 de março de 2025, e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações do Paraná Banco S.A., referentes ao período findo em 31 de março de 2025.

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE RI

O Paraná Banco possui uma área de Relações com Investidores que busca manter uma postura proativa, constantemente em contato com analistas e investidores, que tem como objetivo melhor atender as demandas do mercado e fortalecer a imagem e presença do Banco.

A área de RI reforça o objetivo de criação de valor aos seus acionistas e investidores, com transparência nas divulgações de resultado e em constante comunicação com o mercado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, investidores e parceiros de negócios pela confiança demonstrada ao longo do tempo, e aos Diretores, Conselheiros e colaboradores pelos esforços, competência, lealdade e dedicação frente aos desafios enfrentados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do Paraná Banco S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – informações intermediárias individuais comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras intermediárias que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável e, se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/0-6 F-PB



Almir Eduardo Bertencelo

CRC PR-052082/O

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2025	Passivo	Nota	31/03/2025
Circulante		<u>3.619.096</u>	Circulante		<u>5.682.510</u>
Disponibilidades	4	968	Depósitos e demais instrumentos financeiros		5.518.815
Instrumentos financeiros		<u>3.558.967</u>	Depósitos	10.a	<u>3.565.257</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>953.932</u>	Depósitos à vista		5.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	200.196	Depósitos interfinanceiros		208.998
Carteira própria	5.a	599.519	Depósitos a prazo		3.350.717
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	154.217	Captações no mercado aberto	10.b	<u>154.104</u>
			Carteira própria		154.104
Relações interfinanceiras		<u>356.993</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.c	<u>1.799.222</u>
Depósitos no Banco Central		356.993	Obrigações por emissão de títulos		1.799.222
Operações de crédito		<u>2.248.042</u>	Relações interfinanceiras		<u>232</u>
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	2.398.745	Recebimentos e pagamentos a liquidar		232
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(150.703)	Outras obrigações		<u>163.695</u>
Outros créditos		<u>59.161</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.467
Rendas a receber		19.447	Sociais e estatutárias		48.449
Negociação e intermediação de valores	5.b	51	Fiscais e previdenciárias		46.195
Diversos	8.a	39.663	Negociação e intermediação de valores	5.b	6.105
Não circulante		<u>7.857.989</u>	Diversas	11	52.479
Realizável a longo prazo		<u>7.399.006</u>	Não circulante		<u>4.414.345</u>
Instrumentos financeiros		<u>7.060.529</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		4.407.181
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>960.120</u>	Depósitos	10.a	<u>526.311</u>
Carteira própria	5.a	759.954	Depósitos a prazo		506.866
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	-	Depósitos interfinanceiros		19.445
Vinculados a prestação de garantia	5.a	200.166	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.c	<u>3.880.870</u>
Operações de crédito		<u>6.100.409</u>	Obrigações por emissão de títulos		3.880.870
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	6.100.409	Outras obrigações		<u>7.164</u>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	-	Diversas	11	7.164
Outros créditos		<u>338.477</u>	Patrimônio líquido		<u>1.380.230</u>
Diversos	8.a	157.654	Capital social	14	783.064
Créditos tributários diferidos	13	180.823	Reservas de lucros	14	536.091
Investimentos		<u>403.609</u>	Outros resultados abrangentes		13.098
Investimentos em participações controladas em conjunto	9	403.560	Lucros acumulados		47.977
Outros investimentos		49			
Imobilizado de uso		<u>40.601</u>			
Imóveis de uso		6.286			
Outras imobilizações de uso		61.489			
Depreciação acumulada		(27.174)			
Intangível		<u>14.773</u>			
Ativos intangíveis		19.098			
Amortização		(4.325)			
Total		<u>11.477.085</u>	Total		<u>11.477.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações de resultados

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	1º Trimestre 2025
Receitas da intermediação financeira		<u>697.104</u>
Operações de crédito		410.545
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		65.770
Instrumentos financeiros derivativos		220.789
Despesas da intermediação financeira		<u>(570.707)</u>
Operações de captação no mercado		(299.821)
Instrumentos financeiros derivativos		(225.585)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	<u>(45.301)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		126.397
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(82.040)</u>
Receitas de prestação de serviços		56
Receitas de tarifas bancárias		92
Despesas de pessoal	16	(22.998)
Honorários da administração		(1.657)
Outras despesas administrativas	18	(81.585)
Despesas tributárias	17	(8.491)
Resultado de investimentos e participações	9	22.394
Outras receitas operacionais	19	14.812
Outras despesas operacionais	19	<u>(4.663)</u>
Resultado operacional		44.357
Resultado não operacional		67
Resultado antes da tributação sobre o lucro		44.424
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>9.433</u>
Imposto de renda - corrente		(5.356)
Contribuição social - corrente		(4.395)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.184
Lucro líquido do trimestre		<u><u>53.857</u></u>
Quantidade de ações		<u><u>3.248.948.892</u></u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u><u>0,00002</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2025
Lucro líquido do trimestre	53.857
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:	
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	(51.212)
Outros resultados abrangentes - reflexo de controladas em conjunto	(350)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	23.045
	<hr/>
Resultado abrangente do trimestre	(28.517)
	<hr/> <hr/>
Resultado abrangente total	25.340
	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Paraná Banco S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>783.064</u>	<u>(18.422)</u>	<u>130.285</u>	<u>424.228</u>	<u>41.615</u>	<u>-</u>	<u>1.360.770</u>
Ajuste inicial na adoção da Resolução nº 4.966/2021	14.e	-	-	-	-	-	(5.880)	(5.880)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		<u>783.064</u>	<u>(18.422)</u>	<u>130.285</u>	<u>424.228</u>	<u>41.615</u>	<u>(5.880)</u>	<u>1.354.890</u>
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo e outros resultados abrangentes - reflexo de controladas em conjunto		-	-	-	-	(28.517)	-	(28.517)
Lucro líquido do trimestre		-	-	-	-	-	53.857	53.857
Destinações								
Cancelamento de ações em tesouraria	13.b	-	18.422	-	(18.422)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024		<u>783.064</u>	<u>-</u>	<u>130.285</u>	<u>405.806</u>	<u>13.098</u>	<u>47.977</u>	<u>1.380.230</u>
Mutações do trimestre		<u>-</u>	<u>18.422</u>	<u>-</u>	<u>(18.422)</u>	<u>(28.517)</u>	<u>53.857</u>	<u>25.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	1º Trimestre 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do trimestre		<u>74.602</u>
Lucro líquido ajustado do trimestre		53.857
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações		2.663
Resultado de investimentos e participações	9	(22.394)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	45.301
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(9.433)
Provisão para passivos contingentes	12.b	4.258
Ajuste de avaliação patrimonial de investimento	9	350
Variações dos ativos e obrigações		<u>(69.033)</u>
(Aumento) redução de ativos		
Títulos e valores mobiliários		(141.476)
Relações interfinanceiras		10.674
Operações de crédito		(745.916)
Outros créditos		20.655
Outros valores e bens		(9.440)
Aumento (redução) de passivos		
Depósitos		339.600
Captações no mercado aberto		611
Recursos de aceites e emissão de títulos		452.155
Outras obrigações		5.270
Impostos pagos		<u>(1.166)</u>
Disponibilidades líquidas (aplicadas)/geradas nas atividades operacionais		<u><u>5.569</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos		3.600
Aquisição de intangível		(2.258)
Aquisição de imobilizado de uso		<u>(6.826)</u>
Disponibilidades líquidas (aplicadas)/geradas nas atividades de investimentos		<u><u>(5.484)</u></u>
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u><u>85</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	4	201.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre	4	201.164

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	1° Trimestre 2025
Receitas	<u>666.828</u>
Intermediação financeira	697.104
Prestação de serviços e tarifas bancárias	147
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(45.301)
Resultado portabilidade de RCO	13.530
Outras	<u>1.348</u>
Despesas de intermediação financeira	<u>(525.406)</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(82.769)</u>
Materiais, energia e outros	(1.689)
Serviços de terceiros	(76.350)
Outros	<u>(4.730)</u>
Valor adicionado bruto	<u>58.653</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(2.663)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>55.990</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>22.394</u>
Resultado de participação em controladas	<u>22.394</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>78.384</u></u>
Distribuição do valor adicionado	<u><u>78.384</u></u>
Pessoal	<u>24.656</u>
Remuneração direta	15.777
Benefícios	3.193
F.G.T.S.	1.578
Outros	<u>4.108</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>(943)</u>
Federais	(950)
Municipais	<u>7</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>814</u>
Aluguel	814
Remuneração de capital próprio	<u>53.857</u>
Lucros retidos	53.857

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.



Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima aberta sem ações listadas em bolsa de valores de direito privado constituída e com sede no Brasil, na Rua Comendador Araújo, 614, Centro, Curitiba, Paraná. Com mais de 45 anos no mercado, especializada em crédito consignado, produtos de seguridade, investimentos, seguros e resseguros.

Reconhecido como um dos pioneiros na modalidade de crédito com desconto em folha do país desde a sua criação, o Paraná Banco criou um sólido negócio de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor público, pautado em um modelo de distribuição diferenciado, forte relacionamento com os principais convênios e focado em eficiência operacional. Tudo isso contribuiu para o crescimento sustentável e rentável de uma carteira de crédito de excelente qualidade e regularidade dos resultados financeiros.

Conta com uma rede de atendimento composta por loja figital, correspondentes exclusivos, correspondentes multimarcas e uma completa solução digital, que contempla o aplicativo e a solução web. Os estabelecimentos físicos atuam como suporte ao atendimento digital, utilizando sua expertise e capilaridade no país para gerar novos negócios.

Ao longo dos últimos anos, o Paraná Banco ampliou seu portfólio de produtos, com a criação do PB FGTS e o Cartão Benefício INSS, buscando otimizar o custo de aquisição de clientes e aumentar a monetização sobre a carteira já existente. Ainda criou a Paraná Seguros, uma corretora de seguros voltada exclusivamente para a sua base de clientes, atuando com a venda de produtos de seguridade. Tais lançamentos consolidam mais um passo no objetivo de fidelização de seus clientes e de aumentar o *cross-selling* de seus produtos.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

2 Base da apresentação das informações financeiras

As informações financeiras (“informações financeiras”) do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1 Adoção de novas normas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, substituindo a Resolução nº 2.682/1999, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.



Adicional a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/2023, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorrerá a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).

- Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros). Como principal impacto da resolução presente na respectiva informação financeira, destacam-se:
 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
 - As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
 - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros (“stop accrual”), que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
 - A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
 - Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação.
- Instruções Normativas BCB nº 537 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis do Banco foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.
- Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021: Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Adoção inicial

O Banco adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.



A reconciliação do patrimônio líquido do Banco está demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 14.

A administração declara que preparou as informações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas informações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 15 de maio de 2025 as informações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda Funcional da apresentação

As informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	Método de reconhecimento	31/03/2025
			Participação total - %
Entidades seguradoras no País			
Junto Holding Brasil S.A. ^(a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. ^(b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50
Paraná Corretagem de Seguros S.A. ^(c)	Seguros	Equivalência Patrimonial	60,00

(a) A Junto Holding Brasil S.A. (antiga J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas e o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) Junto Holding Latam S.A. (antiga J. Malucelli LATAM S.A.) é uma holding dos investimentos na América Latina constituída em 4 de junho de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.

(c) Paraná Corretagem de Seguros S.A. foi adquirida em 8 de novembro de 2022 e tem como objeto o direito de intermediar e explorar, com exclusividade, produtos de seguridade na rede de distribuição do Paraná Banco pelo prazo de 10 anos. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas, o Paraná Banco S.A. que possui 60% de suas ações e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. titular de 40% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022.

Esses investimentos estão detalhados na nota explicativa 9.



c. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Estimativas contábeis

A elaboração das informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

e. Caixas e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixas e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

f. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial

i. Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.

ii. Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados, ou subtraídos, desse valor.

iii. Avaliação do modelo de negócio

O Banco classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados:

- **Custo Amortizado:** O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.



- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

iv. Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

As classificações de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representa a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

v. Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período.

vi. Operações de créditos cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da



cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

vii. Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

viii. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas trata-se de uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais por no mínimo 90 (noventa) dias para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

O ativo é lançado a prejuízo quando um instrumento financeiro não possui expectativa razoável de recuperação, resultando assim na baixa dessa operação da carteira ativa e o lançamento de uma perda no balanço patrimonial.

Para tanto são analisadas as características das carteiras e realizados estudos qualitativos e quantitativos para determinar os períodos e condições para baixa a prejuízo.

Uma vez que a operação atenda aos critérios expostos, a área da contabilidade procede o registro contábil da baixa a prejuízo, de acordo com as normas contábeis vigentes.

O Paraná Banco definiu de acordo com as deliberações acerca da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 que:

- As operações serão transferidas para prejuízo no mês subsequente ao que atinjam 100% da provisão estabelecida no anexo I da Resolução BCB nº 352;
- Nos casos de óbito de clientes que possuem seguro contratado para suas operações, a instituição manterá o fluxo normal da operação, até que sejam esgotados todos os procedimentos para cobrança, ou seja, enquanto aguarda posicionamento da seguradora de pagamento do prêmio, em um prazo máximo de 120 dias; e
- Para os clientes os quais não possuam seguro contratado, mantém-se o fluxo já existente, baixando a operação no momento da identificação do óbito.



Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, houve a alteração nas apurações das perdas incorridas associadas ao risco de crédito, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seguindo a metodologia simplificada a partir de 01/01/2025, a apuração passará a seguir faixas de percentuais de provisão pré-estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 de acordo com a classificação de carteira dos instrumentos financeiros, seguindo as carteiras de C1 até C5 e os Anexos I e II da Resolução, anteriormente na Resolução CMN nº 2.682/1999 a provisão era realizada de acordo com a classificação de rating das operações, podendo ser classificadas como rating AA até rating H, outra alteração na Resolução CMN nº 4.966/2021 é a classificação do instrumento financeiro como ativo com problemas de recuperação de crédito (ativo problemático), sendo considerado ativo problemático todo instrumento com atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos e instrumentos que tenham indicativos de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Sendo esse o principal impacto para o Banco na adoção das normas.

Até 31/12/2024 a apropriação de receita de juros relacionada a operações de crédito cessava quando as operações com atraso igual ou superior a 60 dias, enquanto, a partir de 01/01/2025, deverá cessar após atingir 90 dias de atraso (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático).

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição como valor justo no resultado, conforme a Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, do BACEN.

Os instrumentos financeiros considerados como componentes de estrutura de proteção de riscos ("hedge") são classificados como previsto na Resolução CMN nº 5.100 de 24/8/2023, sendo o referido produto mencionado abaixo:

Futuros - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

g. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as operações de crédito.

O Banco integra o segmento prudencial "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada.



Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que o Banco opera são enquadrados nas carteiras:

Carteira	Produto
C1	Crédito imobiliário
C2	Crédito sem consignação
C3	Capital de Giro
C4	Capital de Giro e Crédito Empresarial
C5	Crédito Consignado

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** Refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da Res. BCB nº 352/23.
- **Ativos financeiros inadimplidos:** Trata-se dos ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento de principal de juros.
O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da Res. BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** Refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos).
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da Res. BCB nº 352/23.

h. Investimentos em participações

Nas informações financeiras, os investimentos em sociedades controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas em conjunto. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável. O saldo contábil dos investimentos em controladas em conjunto tem seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

j. Intangível

O intangível é composto pela aquisição de desenvolvimento de softwares, e amortizado pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.



Amortização

A vida útil estimada dos itens do ativo intangível é apresentada a seguir:

Software desenvolvido por terceiros

3 anos

k. Outros ativos – despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos relacionados com ativos correspondentes e que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

l. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20% no trimestre de 2025, quando aplicável, limita-se a 30% do lucro real e da base de contribuição social correntes.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Circular nº 3.959/2019 do Bacen e alterações advindas da Resolução nº 4.818/2020 e nº 4.910/2021 do CMN).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

A Lei nº 14.467/2022, introduziu um novo tratamento tributário para perdas decorrentes do não recebimento de créditos por instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central



do Brasil, sendo o ajuste constituído de acordo com as disposições da nova regulamentação quanto os critérios de dedutibilidade.

O Banco optou por efetuar as deduções, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor.

As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas informações financeiras.

o. Lucro por ação

O Banco efetua os cálculos do lucro por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 113/2022.

Em 31 de março de 2025, não existem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ações básicos no futuro, de modo que o lucro básico por ação é o mesmo que o lucro diluído por ação.

p. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social.

A Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Observado esse regramento, o lucro líquido apresentado pelo Banco, no primeiro trimestre de 2025 no montante de R\$ 53.857, em que R\$ 50.920 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes e R\$ 2.937 em resultados não recorrentes.

4 Caixa e equivalentes a caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:



	31/03/2025
Total de disponibilidades	968
Operações compromissadas - Posição bancada	199.996
Letras Financeiras do Tesouro	199.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez ^(a.1)	200.196
Total de caixa e equivalentes de caixa	201.164

(a.1) Referem-se a aplicações do Banco em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

5 Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

I - Composição

Em 31 de março de 2025, as classificações dos títulos e valores mobiliários são demonstradas como segue:

	31/03/2025	
	Valor de custo	Valor mercado
VJORA		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	752.751	752.822
Notas do Tesouro Nacional – NTN	993.720	961.034
Total	1.746.471	1.713.856
Circulante	753.666	753.735
Não Circulante	992.805	960.121

II – Segregação por hierarquia de valor justo

	31/03/2025	
	Nível 1	Nível 2
Títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	752.822	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	961.034	-
Total	1.713.856	-
Circulante	753.735	-
Não Circulante	960.121	-



III – Composição por vencimentos

Em 31 de março de 2025, os vencimentos dos títulos e valores mobiliários são demonstrados como segue:

31 de março de 2025

	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Valor curva
Carteira própria					
NTN-B (a.1)	913	-	759.954	760.868	784.935
LFT (a.2)	-	598.605	-	598.605	598.577
Vinculados a prestação de garantia					
NTN-B (a.2)	-	-	200.166	200.166	208.784
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	-	154.217	-	154.217	154.174
Total	913	752.822	960.120	1.713.856	1.746.471

(a.1) Formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs.

(a.2) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os títulos e valores mobiliários foram classificados conforme as determinações da Resolução nº 4.966 do Banco Central. O valor justo dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes é calculado com base nos preços divulgados pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Os títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são custodiados em conta própria do Banco no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic. Os títulos classificados como custo amortizado são custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

Não houve reclassificação dos títulos entre as categorias durante o período.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos, estão relacionados a taxa de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de valor justo que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.



O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de “*hedge*”, em estratégia de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Os objetos de “*hedge*” são letras financeiras e certificados de depósitos bancários inicialmente designados como depósitos de clientes e recursos de emissão de títulos.

A estratégia de “*hedge*” visa proteger contra as oscilações da curva de juros por meio de contratos futuros de DI.

A efetividade verificada na carteira “*hedge*” encontra-se em conformidade com o estabelecido Resolução CMN nº 5.100 de 24/8/2023 .

	31/03/2025
Instrumento / Operação	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Instrumento de “ <i>hedge</i> ”	
Objeto de “ <i>hedge</i> ”	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de “ <i>hedge</i> ” (<i>notional</i>)	(4.517.395)
Valor do objeto de “ <i>hedge</i> ” (<i>notional</i>)	4.130.039
Ganho (perda) referente ao instrumento de “ <i>hedge</i> ”	(1.806)
Ganho (perda) referente ao objeto de “ <i>hedge</i> ”	1.976
Taxa de efetividade	109,38%

Em 31 de março de 2025, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (a)			Passivo (a)		
	Circulante	Longo Prazo	Total 31/03/2025	Circulante	Longo Prazo	Total 31/03/2025
Futuros de DI	51	-	51	6.105	-	6.105
Total	51	-	51	6.105	-	6.105

- (a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “outros créditos” e “outras obrigações”. Todas as operações de derivativos registradas estão designadas integralmente para o hedge.

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.



6 Operações de crédito e outros créditos

a. Composição da carteira por modalidade de crédito – Custo amortizado

	31/03/2025
Crédito pessoal parcelado ^(a.1)	8.487.590
Capital de giro	6.788
Crédito imobiliário	4.776
Total	8.499.154

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

b. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco e por faixas de atraso

	31/03/2025						
	C1	C2	C3	C4	C5	Valor	%
Ativos não problemáticos							
Zero a 14 Dias	3.091	1.054.503	6.449	197	7.163.982	8.228.222	96,81%
15 a 30 Dias	608	35	48	-	87.627	88.318	1,04%
31 a 60 Dias	-	-	22	-	38.607	38.629	0,45%
61 a 90 Dias	654	3	-	-	17.287	17.944	0,21%
Ativos problemáticos inadimplidos							
Menor que 3 meses	136	-	50	-	50.918	51.103	0,60%
Igual ou maior que 3 e menor que 6 meses	228	7	35	-	27.942	28.213	0,33%
Igual ou maior que 6 e menor que 9 meses	59	15	-	13	17.605	17.692	0,21%
Igual ou maior que 9 e menor que 12 meses	-	1	-	-	14.852	14.853	0,17%
Igual ou maior que 12 meses	-	-	-	-	80	80	0,00%
Ativos problemáticos não inadimplidos							
Menor que 90 dias	-	15	-	-	14.086	14.102	0,17%
Total	4.776	1.054.580	6.604	210	7.432.986	8.499.154	

c. Créditos refinanciados e reestruturados

O estoque dos créditos refinanciados e reestruturados é composto pelas operações que se mantiveram ativas na carteira em cada data base. Os valores foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução Bacen n° 4.966 e 352, que considera:

a) Instrumentos financeiros refinanciados

	31/03/2025
Refinanciados ^(a)	5.820.427

(a) O montante contempla as operações que não apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.



b) Instrumentos financeiros reestruturados

Reestruturados ^(b)	31/03/2025 2.676.692
-------------------------------	-------------------------

- (b) Renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

a. Composição de perdas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total de operações	Perdas esperadas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total de perda esperada
C1	Ativos não problemáticos	1.865	2.489	4.353	-	(97)	(97)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	423	423	(83)	(19)	(102)
C2	Ativos não problemáticos	1.054.503	38	1.054.541	-	(14.218)	(14.218)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	13	-	13	-	(4)	(4)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	26	26	(12)	(2)	(13)
C3	Ativos não problemáticos	2.827	3.692	6.519	-	(127)	(127)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	85	85	(47)	(3)	(50)
C4	Ativos não problemáticos	197	-	197	-	(4)	(4)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	13	13	(8)	(1)	(8)
C5	Ativos não problemáticos	7.162.586	144.916	7.307.502	-	(54.752)	(54.752)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	2.801	-	2.801	-	(1.496)	(1.496)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	122.682	122.682	(70.018)	(9.812)	(79.831)
Total		8.224.792	274.363	8.499.154	(70.168)	(80.535)	(150.703)

b. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução nº 4.966/21 e Resolução nº 352/23:

	31/03/2025 (3 meses)
Saldo inicial	126.599
Constituição (líquida de reversões)	45.300
Baixa	(21.197)
Saldo final	150.703
Recuperação de créditos baixados	14.047



8 Outros créditos

a. Diversos – Custo amortizado

	31/03/2025
Circulante	
Custos com operações de crédito portadas (a)	14.056
Devedores diversos - outras instituições (b)	2.146
Adiantamentos diversos (c)	11.612
Alienação de participação – Wiz Holding (d)	8.912
Antecipação de créditos	2.937
Total	<u>39.663</u>

	31/03/2025
Exigível a longo prazo	
Saldo negativo IRPJ/ CSLL - anos anteriores (e)	31.099
Custos com operações de crédito portadas (a)	67.536
Alienação de participação – Wiz Holding (d)	11.459
Depósitos judiciais	6.388
PIS e Cofins a compensar	2.115
IRRF sobre JCP	5.797
IRPJ e CSLL corrente	30.365
Outros	2.896
Total	<u>157.654</u>

- (a) Valor referente a ressarcimento de custos operacionais (RCO) e tarifas da câmara interbancária de pagamentos (CIP) pagos sobre operações de crédito portadas de outras financeiras, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal.
- (b) Refere-se substancialmente aos valores repassados a operadora de cartão parceira (Senff) dos saldos utilizados do produto do Cartão Rotativo, saldos de portabilidade, saldo disponibilizado em conta corrente e recebimentos diversos relacionados a outras instituições.
- (c) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (d) Referente à operação de alienação da Wiz Holding para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., sendo uma parcela paga em janeiro de 2023 no montante de R\$ 17.425 e três parcelas fixas anuais no montante de R\$ 4.356, com início de recebimento a partir de 2025, corrigidas pela variação do CDI, corrigidas pela variação do CDI. Conforme contrato, tivemos earn-out de R\$ 3.183 das operações, sendo o pagamento estimado para o 1º semestre de 2025.
- (e) Refere-se a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social (pagos a maior) de anos anteriores, objetos de pedido de restituição e atualizados pela variação da taxa Selic até a data de encerramento do balanço.



9 Investimentos e participações no País

	31/03/2025				
	Junto Holding Brasil S.A. (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	Paraná Corretagem de Seguros S.A. (c)	CIP S.A. (d)	
Informações sobre as empresas					
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	10	26	
Patrimônio líquido	701.559	45.241	14.589	1.960.940	
Lucro líquido do trimestre	<u>31.788</u>	<u>(418)</u>	<u>10.920</u>	<u>158.573</u>	
Informações sobre os investimentos					
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	6	13	
Percentual de participação	50,50%	50,50%	60%	0,0497%	
Valor da movimentação das contas					Total
Saldos iniciais	354.096	23.388	2.303	1.831	381.618
Dividendos referente ao período vigente	-	-	(102)	-	(102)
Ajuste de avaliação patrimonial	192	(542)	-	-	(350)
Resultado de equivalência patrimonial	16.053	(211)	6.552	-	22.394
Saldo das participações	<u>370.340</u>	<u>22.635</u>	<u>8.753</u>	<u>1.831</u>	<u>403.560</u>

(a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.

(b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding (controlada em conjunto) dos investimentos na América Latina constituída 04 de junho de 2014, que tem como controlada a entidade JMalucelli Travelers Seguros S.A.. No dia 13 de junho de 2024, a Junto Holding Latam S.A. assinou um contrato de venda da JMalucelli Travelers Seguros S.A. com uma parte não relacionada, a efetivação da venda foi aprovada.

(c) Paraná Corretagem de Seguros S.A. participação adquirida em 8 de novembro de 2022, tem como objeto o direito de intermediar e explorar, com exclusividade, produtos de seguridade na rede de distribuição do Banco pelo prazo de 10 anos. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas, o Banco possui 60% de suas ações e a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz Co") titular de 40% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Paraná Corretagem de Seguros S.A. é uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Wiz Co desde 8 de novembro de 2022.

(d) NÚCLEA (CIP S.A.) em 01/08/2023, foram concluídas as autorizações necessárias (Banco Central e CVM) e cumpridas as condições precedentes para consumação da operação de Incorporação das ações da CRT4 pela Núclea em 03/08/2023. Com a incorporação o Banco possui investimento de 0,0497% de suas ações junto a CIP S.A.



10 Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Depósitos – Custo amortizado

Segue a composição por prazo de vencimento:

	<u>À vista ^(a)</u>	<u>Interfinanceiros</u>	<u>A prazo ^{(b) (c)}</u>
Vencimento	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Sem vencimento	5.542	-	-
Até 90 dias	-	103.490	828.381
De 91 a 360 dias	-	105.509	1.894.301
Acima de 360 dias	-	19.445	1.134.901
Total	<u>5.542</u>	<u>228.443</u>	<u>3.857.583</u>

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
(b) Em 31 de março de 2025, não houve saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012.
(c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 628.046.

Em 31 de março de 2025 os montantes que estão na estrutura de hedge, segundo política do Banco, são: CDB R\$ 782.193 e LF R\$ 3.316.834.

b. Captações no mercado aberto – Custo amortizado

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	<u>31/03/2025</u>
Recompras a liquidar - carteira própria	
LFT	154.104
Total	<u>154.104</u>

c. Recursos de aceites e emissão de títulos – Custo amortizado

Em 31 de março de 2025, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	<u>31/03/2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Exigível a longo prazo</u>	<u>Total</u>
Obrigações por emissão de Letra Financeira	1.799.222	3.838.966	5.638.188
Obrigações por emissão de Letra Financeira Perpétua		41.904	41.904
Total	<u>1.799.222</u>	<u>3.880.870</u>	<u>5.680.092</u>

11 Outras obrigações – Diversas

	<u>31/03/2025</u>
Circulante	
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	31.64
Credores diversos – País ^(a)	20.510
Provisão – tarifas	329
Total	<u>52.479</u>



	31/03/2025
Exigível a longo prazo	
Provisão para contingências cíveis (Nota 12)	3.517
Provisão para contingências tributárias (Nota 12)	630
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 12)	<u>3.017</u>
Total	<u><u>7.164</u></u>

- (a) Refere-se a valores repassados pelos convênios e pagos pelos clientes, referente a operações de empréstimos.

12 Provisões

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração do Banco, com base em informações de seus assessores jurídicos, a respeito das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31/03/2025
Cíveis	3.517
Trabalhistas	3.017
Tributárias	<u>630</u>
Total	<u><u>7.164</u></u>

b. Movimentação das provisões

	2025				
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ atualização monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 31 de março
Cíveis	1.777	3.934	(346)	(1.849)	3.517
Trabalhistas	2.397	949	(279)	(49)	3.017
Tributárias	630				<u>630</u>
Total – Banco	<u>4.804</u>	<u>4.883</u>	<u>(625)</u>	<u>(1.898)</u>	<u><u>7.164</u></u>

O Banco possui processos cíveis classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 6.899. Não possui processos trabalhistas classificados como risco de perda possível em 31 de março de 2025. E, possui processos fiscais classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 169.

O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle do Banco. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas informações financeiras.



13 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/03/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	44.424
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(19.991)
Exclusões (adições) permanentes ⁽ⁱⁱ⁾	29.424
Participações em controladas	10.078
Juros sobre o capital próprio	-
Outras	19.346
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	9.433

- (i) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda e de 20% para a contribuição social para as empresas financeiras.
(ii) As adições e exclusões são compostas por: despesas indedutíveis como confraternizações, brindes e doações; provisões para operações de crédito em nível A-H, bem como prejuízos; outros passivos contingentes; resultado de equivalência patrimonial; juros sobre o capital próprio distribuídos e operações de *hedge*.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2025
Impostos diferidos – Constituição/Reversão no período, sobre adições temporárias	19.184
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.751)
Total	<u>9.433</u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	2025		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ (realização)	Saldos em 31 de março
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo			
Sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	88.875	20.380	109.255
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.406	825	3.231
Sobre ajuste de <i>hedge accounting</i>	(57.753)	24.962	(32.791)
Sobre prejuízo fiscal	84.381	(4.238)	80.143
Sobre títulos disponíveis para venda	14.511	300	14.811
Baixa de IRPJ e CSLL Prescritos	-	6.174	6.174
Total	<u>132.420</u>	<u>48.403</u>	<u>180.823</u>

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até 10 anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco, levando em consideração a adequação da Lei nº 14.467 de 16/11/2022 e a Resolução nº 4.966 de 25/11/2021 para os períodos a partir de 01 de janeiro de 2025.



Período	Valor
Em 2025	13.776
Em 2026	2.131
Em 2027	(24.985)
Em 2028	76.289
Em 2029	39.817
Acima de 5 anos	73.795
Total de Créditos Tributários	180.823

A capacidade de consumo do crédito tributário decorre principalmente das movimentações das provisões e da geração de lucro tributável pelo Banco, os quais são ajustadas mensalmente para refletir as variações, considerando as expectativas de reversões, baixas e utilizações. Tendo em vista que a companhia apresentou um lucro fiscal no 1º trimestre de 2025 e pretende continuar apresentado lucro fiscal para o próximo trimestre.

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 73.681 em 31 de março de 2025.

e. Créditos tributários não registrados

O Banco não possui créditos tributários não registrados em 31 de março de 2025.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2025 o valor do capital social do Banco é de R\$ 783.064, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 2.340.020.750 de ações ordinárias e 908.928.142 de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 11 de Fevereiro de 2025 foi realizado a Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Especial de Titulares de ações Preferenciais para aprovação do cancelamento de 47.795.200 ações ordinárias e 505.372 ações preferenciais, totalizando um montante de R\$ 18.422.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.



Em 31 de março de 2025, o saldo das reservas de lucros era de R\$ 536.091, sendo R\$ 405.806 referente à reserva estatutária, R\$ 130.285 correspondente à reserva legal.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No período findo em 31 de março de 2025 não foram pagos juros sobre capital próprio e não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

e. Impactos da Resolução nº 4.966/21

O Banco realizou simulações para o exercício de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução nº 4.966/2021. Sendo os resultados das mensurações dos ajustes sobre a aplicação desta nova base normativa apresentada no quadro abaixo:

	Patrimônio Líquido
Patrimônio líquido em 31/12/2024	1.360.770
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.720)
"Stop Accrual" - Diferença de 60 para 90 dias	1.666
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	-
Efeitos tributários	6.174
Patrimônio líquido em 01/01/2025	1.354.890

15 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Descrição	<u>31/03/2025</u>		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas) 1º trimestre
Depósitos à vista	(609)	-	-
Depósitos a prazo ^(a)	(345.510)	-	(7.508)
Letra financeiras ^(b)	(180.673)	-	(190)
Dividendos recebidos	-	-	3.600
Remuneração da Administração ^(b)	-	-	(1.657)
Serviços da tecnologia da informação ^(c)	-	-	(11.282)

(a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

(b) Refere-se à remuneração de pessoas-chave da Administração.

(c) Operações efetuadas a valores de mercado, prestação de serviços de tecnologia da informação.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM e pela Resolução nº 3.750/2009 do BACEN.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

4UM Gestão de Recursos Ltda., 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., Junto



Controle de Riscos Ltda., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a Companhia Paranaense de Construção, CPE Participações S.A., MLR Locações de Máquinas S.A., J Malucelli Equipamentos, Forza J Malucelli, J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S.A., Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., Invest Bens Administradora de Bens, Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., Porto de Cima Concessões S.A., Porto de Cima Incorporações Ltda., Travelers Brazil Acquisition LLC, CIP S.A., Fener Partners Ltda., Fener Capital Ltda. e a Paraná Corretagem de Seguros S.A.

16 Despesas de pessoal

31/03/2025

Salários, PLR e bônus	(14.179)
Encargos Sociais	(5.669)
Benefícios dos funcionários	(3.150)
Total	(22.998)

17 Despesas tributárias

31/03/2025

PIS e Cofins	(7.400)
Impostos e taxas	(1.090)
Total	(8.491)

18 Outras despesas administrativas

31/03/2025

Serviços técnicos especializados ^(d)	(19.665)
Comissões e corretagens ^(a)	(15.200)
Processamento de dados	(13.240)
Despesas com tarifas de convênios ^(b)	(13.238)
Despesas com portabilidade	(9.563)
Despesas do sistema financeiro	(1.741)
Despesas com depreciação	(1.677)
Propaganda e publicidade	(1.416)
Despesas com seguros	(1.111)
Despesas com amortização	(986)
Despesas com comunicação	(821)
Despesas com aluguel	(814)
Manutenção e conversação de bens	(431)
Despesas com viagens	(177)
Serviços gráficos	(123)
Despesas com publicações	(64)
Despesas com transportes	(49)
Promoções e relações públicas	(18)
Material de expediente	(11)
Outras ^(c)	(1.240)
Total	(81.585)

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
(b) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por intermediar a carteira de empréstimos consignados.
(c) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
(d) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de *call-center*, auditoria externa e assessoria técnica.



19 Outras receitas e despesas operacionais

	31/03/2025
Outras receitas	
Ressarcimento de despesas RCO	13.530
Lucros na alienação de valores e bens	38
Outras	1.244
Total	14.812
	31/03/2025
Outras despesas	
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(3.837)
Outros	(825)
Total	(4.663)

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 31 de março de 2025 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 10. As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A carteira de crédito do Banco está concentrada em crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, bem como para servidores públicos federais, estaduais e municipais. Por natureza, estas operações apresentam um nível de risco de crédito controlado, dado que os próprios entes federativos são os responsáveis por realizar o desconto em folha de pagamento e repassar ao Banco. Tais dados podem ser verificados na baixa inadimplência global da carteira de crédito.

O Banco possui ainda, a provisão para perdas esperadas associadas a operações de crédito, em 31 de março de 2025 no montante de R\$ 150.703, para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada.

A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.



Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

Sensibilidades

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

Value at Risk

O *Value at Risk* (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Net Interest Income (NII)

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia *Net Interest Income* (NII), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de margem financeira, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário base.
2. Apurar a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos num cenário de stress.
3. Fazer uma análise comparativa.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital.

Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.



Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

Carteira de-trading - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

Carteira de-banking - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book

31/03/2025

RWAjur1 3

- (1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/2013).

Banking Book

31/03/2025

IRRBB- prefixado	(43.245)
IRRBB – IPCA	(32)
IRRBB- IGPM	5.102
IRRBB – CDI	103.910
IRRBB- Selic	(2.446)

A partir da Resolução BCB nº 48/2020, o Banco passou a adotar a metodologia de resultado de intermediação financeira (Δ NII), para calcular o risco das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária, que consiste em alocar os fluxos consolidados por indexadores em vértices específicos, limitado ao horizonte temporal de 1 (um) ano.

Maiores detalhes do cálculo estão referenciados no Art. 3º da Circular CMN nº 3.876/2018.

Os modelos adotados pelo Conglomerado estão documentados e disponíveis na área de Gestão Integrada de Riscos.

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de hedge (Quadro de análise de sensibilidade)

O Banco realiza a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:



Cenário I: Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas e no índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 31 de março de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 14,2915 e 14,0085.

Cenário II: Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 31 de março de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 17,6875 e 10,6125.

Cenário III: Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas no índice de taxa de juros.

No cenário aplicado sobre as posições de 31 de março de 2025, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 21,2250 e 7,0750.

Em 31 de março de 2025

Cenário de alta na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário- base	Valorização		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	200.196	14,15	283	7.082	14.164
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.713.856	14,15	2.425	60.628	121.255
Depósitos a prazo	Índice DI	3.857.583	14,15	(5.458)	(136.462)	(272.924)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	228.443	14,15	(323)	(8.081)	(16.162)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	5.777.111	14,15	(8.175)	(204.365)	(408.731)
Efeito líquido				(11.248)	(281.198)	(562.398)

Cenário de baixa na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	Deterioração		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	200.196	14,15	(283)	(7.082)	(14.164)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	1.713.856	14,15	(2.425)	(60.628)	(121.255)
Depósitos a prazo	Índice DI	3.857.583	14,15	5.458	136.462	272.924
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	228.443	14,15	323	8.081	16.162
Letras financeiras e LCI	Índice DI	5.777.111	14,15	8.175	204.365	408.731
Efeito líquido				11.248	281.198	562.398

21 Outras informações

- (a) O Banco mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada. Até a data base de 31/03/2025, esta abordagem era estabelecida pelas Circulares Bacen n.º 3.644/2013 e n.º 3.809/2016. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWACPAD) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas.



O Paraná Banco S.A mantém patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/1994 e das normas posteriores. Em 31 de março de 2025, o patrimônio de referência ajustado representava 15,4%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pela Resolução nº 4.955/2021 e Resolução nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional dos ativos ponderados por risco.

	31/03/2025
Patrimônio de Referência	961
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito - RWAcpad	5.092
Parcela de Ativos Ponderados pelo Risco Operacional – RWAopad	1.139
Total de ativos ponderados pelo Risco (RWA total)	6.231
Índice de Basileia ^(a)	15,4%

(a) Número calculado gerencialmente.

Não havia avais e fianças concedidos pelo Banco no período findo em 31 de março de 2025.

O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no período findo em 31 de março de 2025, totalizaram R\$ 17 no Banco e as contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

22 Eventos Subsequentes

Em 10 de abril de 2025 o Banco efetuou pagamento no montante de R\$ 25.000 a título de juros sobre o capital próprio.

Em 11 de abril de 2025, foi aprovada pelo órgão regulador da Colômbia, a venda da JMalucelli Travelers Seguros S.A. com uma parte não relacionada, a operação de venda foi concluída no mês de abril/2025 quando foi recebido o valor do negócio.

Em 28 de abril de 2025 o Banco recebeu o montante de R\$ 17.083 a título de pagamento de juros sobre o capital próprio distribuído pela Junto Holding Brasil S.A., relativos ao exercício de 2024.

Em abril de 2025 o Banco realizou uma alteração na metodologia para baixa de operação de crédito em casos de óbito onde a operação possui seguro contratado, passando a ser realizada a baixa no momento da notificação do óbito independente possuímos seguro contratado.

Em abril de 2025, houve o reposicionamento estratégico das lojas próprias do Paraná Banco que foram transformadas em um canal de atendimento remoto e digital, chamada loja figital, alinhadas ao perfil cada vez mais digital dos seus clientes.



* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente e Diretor de Tecnologia
André Luiz Malucelli – Diretor de Investimentos
Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Martins de Paula – Diretor de Clientes e Diretor de Marketing
Varley Antonio Sarzi – Diretor de Negócios e Canais
Alcimara Luiza da Silva – Diretora de Produtos

Comitê de auditoria

Paulo José Arakaki – Membro Coordenador do Comitê
Alberto Spilborghs Neto – Membro do Comitê
Mauricio Alvarez da Silva – Membro do Comitê
Rafael Coelho Santa Rita Pereira – Membro do Comitê

Contador responsável

Hilário Mário Walesko – Controller
CRC-PR 29.585/O-9